



Hugo Alves, ISCTE-IUL

Título: *Diplomacia Portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha. A Legação na Haia, Países Baixos. Anos 1697-1703.*

Resumo: Esta comunicação procura, analisando a correspondência diplomática de Francisco de Sousa Pacheco¹, Enviado português na Haia entre 1693 e 1709, entender a sua importância nas opções de política externa portuguesas, entre os tratados europeus de Ryswick e os de 1703, entre Portugal e a Grande Aliança,

A condução da política externa portuguesa, ao longo da sua história, implicou sempre a tomada de opções contundentes para a afirmação da identidade do estado. A participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha insere-se nesse significado estratégico.

Quando o século XVII se aproximava do seu fim o reino mantinha-se desde há algum tempo alheado dos últimos conflitos internacionais. Considerando a paz e a estabilidade como alicerces fundamentais para a consolidação da independência nacional, D. Pedro II decidira inicialmente não se envolver nas disputas entre coroas europeias. Todavia, a ausência de herdeiro direto ao trono do país vizinho obrigou-o a manter-se vigilante, ouvindo diferentes pareceres. A sua posição inicial foi a de reconhecer a legitimidade do neto de Luís XIV, Filipe de Anjou, em assumir o trono espanhol, à semelhança das outras casas reinantes, uma vez que se acreditava que o próprio renunciaria ao trono francês.

¹ *Ofícios/Cartas para a corte (do Enviado), e Despachos desta (para a legação) — Arquivo Nacional Torre do Tombo.*

A Áustria, porém, vendo preterido o direito ao trono de Carlos, filho segundo do Imperador Leopoldo, formaria a *Grande Aliança de Haia*, em Setembro de 1701. Ao lado do Império alinharam inicialmente as Províncias Unidas e o Brandeburgo e posteriormente, em 1702, a Inglaterra. Por seu turno, Filipe de Anjou contava com o apoio da França, uma parte de Espanha e suas dependências italianas, e dos principados alemães do Reno e do duque de Sabóia.

Apesar de serem muitas as fações que preferiam a neutralidade portuguesa, a constituição dos dois blocos políticos e militares não permitia ao país persistir alheado das querelas dinásticas europeias. O Conselho de Estado teve de centrar as suas discussões na política externa, e, por essa razão, as informações enviadas pelos diplomatas assumiram particular importância, pois seria nelas que os conselheiros recolheriam argumentos para elaborarem os pareceres que facultariam ao monarca, que em 1703, acabaria por optar reverter para o alinhamento com o bloco anti-bourbónico.

A legação portuguesa na Haia, Países Baixos, nos anos anteriores à Guerra da Sucessão de Espanha prolonga uma atividade diplomática instável, mas procurada por Portugal desde a Restauração, não obstante as tensões entre um e outro no ultramar. D. João IV compreendeu a importância da Holanda no xadrez político europeu e procurou aproveitar o antagonismo entre a Holanda e a Espanha na Europa, bem como da sua influência para conseguir o reconhecimento diplomático no continente.

Francisco de Sousa Pacheco foi nomeado para Haia em 1693 e aí permaneceu até 1709. Nessa sua estadia deu atenção às negociações conducentes aos tratados de paz de Ryswick, sanou o diferendo entre Portugal e a corte Imperial em 1698 e acompanhou as movimentações internacionais a seguir ao falecimento de Carlos II de Espanha, enviando sucessivas notícias e pareceres acerca da realidade política e militar europeia em movimento.

Palavras-chave: Portugal; Países-Baixos; Diplomacia; Política Externa.